



Nesta edição

1. Nossa Mobilização é Permanente!
2. Perspectivas dos direitos constitucionais indígenas é tema de diálogo entre MPF, governo e especialistas.
3. Encaminhamentos da Assembleia Geral Extraordinária de 23/01/19
4. Plenária dos servidores da Funai de 29/01/19
5. Orientações para mobilização permanente da INA.



Plenária de servidores

"Quem ama,
demarca!"

Sônia Guajajara
APIB - Articulação dos Povos
Indígenas do Brasil

Nossa Mobilização é Permanente!

O ano de 2019 começou cheio de desafios para indigenistas, indígenas e simpatizantes.

Os primeiros atos do novo governo, conforme prometido em campanha eleitoral, "deram uma foíçada no pescoço da FUNAI" e tudo isso nos leva a acreditar que o objetivo é cumprir o anunciado: "Nenhum milímetro de terra indígena será demarcado".

Levando isso em consideração, nós, Indigenistas Associados, servidores públicos federais responsáveis pela política indigenista do Estado brasileiro, nos colocamos em Mobilização Permanente para garantir **UMA FUNAI INTEIRA E NÃO PELA METADE!**

Neste sentido, convidamos você **SERVIDOR/A DA CASA**, independentemente da sua orientação política, a se juntar nesta frente de mobilização com o objetivo de cumprir a missão institucional da FUNAI de "garantir e proteger os direitos dos povos indígenas"!

Este boletim dá continuidade às ações de articulação e mobilização nacional da INA e pretende unificar a nossa pauta numa só voz: **#nenhumservidoremnos!**



Perspectivas dos direitos constitucionais indígenas é tema de diálogo entre MPF, governo e especialistas

O Ministério Público Federal (MPF) promoveu na quarta-feira (23/01/19) o evento "Perspectivas dos Direitos Constitucionais Indígenas".

Lamentamos que a organização do evento tenha optado por um auditório que comportasse apenas 60 participantes. Pela manhã, diversos indígenas e indigenistas foram impedidos de entrar no evento por não constarem na lista de convidados.

A INA, umas das entidades convidadas a participar, foi representada por 4 associados, os quais repassaram, quase simultaneamente, as exposições dos palestrantes pelo grupo de WhatsApp da Associação, fomentando, assim, debates entre os associados.

Para quem não pôde acompanhar este evento ao vivo pelas redes sociais, informamos que a página do Facebook da APIB disponibilizou os vídeos com a cobertura do evento: <https://pt-br.facebook.com/apiboficial/>

Não foram apresentados argumentos técnicos acerca dos motivos para a fragmentação e o esvaziamento do órgão indigenista.

Também não foi apresentado naquele momento como se dará uma possível transição de competências, atribuições, servidores, documentação e orçamento da Funai para o Mapa (ou Incra). Permanece a preocupação das pessoas comprometidas com os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 88.

Vale a pena conferir este debate #ficaadica!

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/as-perspectivas-dos-direitos-constitucionais-indigenas-e-tema-de-dialogo-entre-mpf-governo-e-especialistas>

"Este é o órgão preparado para interpretar o artigo 231 e 232 da constituição é o órgão que tem conhecimento para saber como garantir os nossos direitos referentes à saúde, educação, cidadania...essa separação vai estimular a discriminação. Vamos lutar para que estes direitos sejam mantidos da melhor forma. A primeira ação na Câmara vai ser visibilizar estes direitos, eles não trazem retrocessos aos outros brasileiros nem nenhum prejuízo aos agricultores, pois são investimentos nos povos indígenas que protegem o desenvolvimento do Estado mantendo suas terras!"

Joênia Wapichana
Deputada Federal



Assembleia Geral Extraordinária da INA e Plenária de servidores da Funai

No dia 23/01/2019, no auditório do Sindicato dos Servidores Públicos, na cidade de Brasília – DF, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da INA, com objetivo de consensuar estratégias de atuação da associação para a mobilização contra o esvaziamento da FUNAI, anunciada na MP 870 de 1 de janeiro de 2019. A AGE teve transmissão on-line com o intuito de ampliar a participação de associados das unidades descentralizadas da Funai.

Segue, abaixo, um balanço atualizado dos encaminhamentos tirados na AGE:

1. Criar grupo para elaborar o texto, de caráter técnico, "Funai inteira e não pela metade" com vistas a subsidiar as propostas de emendas no Congresso Nacional e a carta a ser apresentada na Plenária dos Servidores.

- Carta elaborada, lida em Plenária e aprovada.

2. No caso de o presidente da Funai solicitar reunião com os servidores antes da Plenária, fica decidido que algum representante da INA apresentará, na reunião, os pontos técnicos defendidos pela Associação.

- INA e Ansef foram chamadas, no dia 28/01, pela Presidência; os representantes da INA apresentaram os principais argumentos técnicos do texto.

3. Realizar a Plenária de Servidores da Funai com o objetivo de compartilhar informações; compartilhar e aprovar o texto técnico; e definir novos encaminhamentos conjuntamente com os servidores.

- A INA, com apoio do SINDSEP-DF, realizou a Plenária no dia 29/01, às 11h30, em frente ao prédio da Funai. A plenária, transmitida ao vivo pela Internet, contou com a participação de cerca de 200 servidores da Sede e das unidades descentralizadas. Foram feitos informes acerca das últimas reuniões ocorridas com a Presidência; informes sobre os atos da mobilização indígena "Sangue Indígena Nenhuma Gota a Mais"; e o texto elaborado pela INA foi lido e aprovado.

- A repercussão da Plenária foi bastante positiva e alguns veículos midiáticos circularam notícias.

4. Discutir a forma que se dará a participação da INA na Mobilização do dia 31/01.

- A INA estará presente em vários dos atos espalhados pelo país e, se possível, levará materiais de divulgação, como faixas, adesivos, textos impressos. A inclusão da logo da INA nos materiais deve passar por deliberação do Conselho Executivo.





Orientações para mobilização permanente da INA FUNAI INTEIRA E NÃO PELA METADE

CONSIDERANDO QUE:

1. Nosso objetivo específico, diante da atual conjuntura, é conseguir barrar no legislativo a MP 870, que fragmenta a Funai retirando de sua competência atribuições na demarcação de terras indígenas e no licenciamento ambiental que afeta povos e terras indígenas, passando, tais atividades para o Ministério da Agricultura;
2. Estamos mobilizados permanentemente até que saibamos os rumos da Funai e da Política Indigenista brasileira;
3. Nossa mobilização tem diversas frentes e uma estratégia bem delineada, sendo fundamental que cada associad@ faça sua parte para podermos atingir nosso objetivo;
4. Após a exoneração dos antigos gestores e nomeação da nova diretoria colegiada da Funai (presidente e diretores) tem havido um esforço por parte da presidência para obtenção de e informações para consolidar de forma menos traumática possível a transição das coordenações da FUNAI para o MAPA;
5. Desde o dia 2 de janeiro de 2019 muitos servidores sentem-se inseguros com relação à sua permanência ou saída compulsória do órgão para exercer suas funções - ou até mesmo outras funções - em outro ministério. Até o momento não há respostas sobre isso e nem uma previsão de data;
6. A insegurança também se estende à missão da Funai e à garantia dos direitos dos povos indígenas consagrados na CF 88;
7. Várias organizações indígenas, indigenistas e até mesmo partidárias já se manifestaram (por cartas e com ações judiciais) contra a MP 870;
8. Somos um grupo de servidores públicos - indigenistas - que tem uma expertise para trabalhar com os povos indígenas e isso nos diferencia dos demais colegas do serviço público;
9. Nosso trabalho é regulamentado por diversos instrumentos jurídicos e, diferentemente do que alguns atores vêm propagando, temos atribuições técnicas baseadas em parâmetros, metas, objetivos e estruturas conquistados por meio do acúmulo de meio século de existência do órgão.
10. Trabalhamos com mais de 300 povos e 275 línguas indígenas; com um orçamento reduzido; e, a despeito de toda essa complexidade e dificuldades, temos o dever de dialogar com essas populações acerca daquilo que os afeta diretamente, conforme disposto na Convenção n. °169 da OIT, da qual o Brasil é signatário;



Orientações para mobilização permanente da INA FUNAI INTEIRA E NÃO PELA METADE

RECOMENDAMOS E ORIENTAMOS

NOSS@S ASSOCIAD@S:

1. Que sejam realizadas reuniões, rodas de conversas, bate papos com @s demais colegas das CR's CTL's e FPEs, tendo como orientação conceitual os documentos já produzidos coletivamente na INA, acerca das mudanças que vieram com a MP 870 e os argumentos técnicos apontados na Carta FUNAI INTEIRA E NÃO PELA METADE lida e aprovada na planária de servidores dia 29/01/19.
2. Que essas articulações sejam realizadas de preferência de forma presencial - olho no olho - humanizando o debate e evitando agressões e desentendimentos em redes sociais;
3. Deixar claro, por mais diferenças que tenhamos entre @s colegas, que o momento é de solicitar um esclarecimento às autoridades sobre o futuro do nosso trabalho (coordenações, atribuições, reestruturação etc.);
4. Informar que na sede os servidores continuam sem informações oficiais de qual será o novo modelo estrutural da Funai;
5. Se for possível, a partir do consenso de cada unidade descentralizada da Funai, que haja um posicionamento contrário à MP 870 de 2 de janeiro de 2019;
5. Se for possível, a partir do consenso de cada unidade descentralizada da Funai, que haja um posicionamento contrário à MP 870 de 2 de janeiro de 2019;
6. Que sejam apoiadas as mobilizações pacíficas dos indígenas em busca de informações relacionadas aos seus direitos já garantidos na CF 88;
7. Participação da INA junto ao Movimento indígena nos atos que irão ocorrer em diversas cidades dia 31/01. Caso em sua cidade o ato não esteja organizado você pode ajudar a construir, promovendo uma roda de conversa com os indígenas sobre a conjuntura política que ameaça a FUNAI e a Política Indígenista de Estado, realizar uma caminhada/marcha, etc. Registre esse momento e nos envie para ajudar a fortalecer essa mobilização que é permanente e de todos nós!
8. Juntamente com lideranças indígenas locais mobilizar deputados e senadores para que a partir dos argumentos técnicos apresentados e que justificam A Funai Inteira e Não Pela Metade (carta de servidores) apoiem as emendas e destaques que a INA irá propor no período de votação da MP 870 (provavelmente em março de 2019).
9. Seguiremos mobilizados permanentemente.